

Marcelo Camargo/Agência Brasil

CORREIO PAULISTA

Gabriel Eid/Alesp



Também foram discutidos critérios de compatibilidade

Assembleia encerra curso do ILP sobre direito eleitoral

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio do Instituto do Legislativo Paulista (ILP), realizou na quinta-feira (9) a última aula do ciclo de direito eleitoral para as Eleições de 2026. O encontro abordou financiamento de campanha e fiscalização de recursos, com especialistas da OAB-SP e da Justiça Eleitoral. Durante a atividade, foram discutidas mudanças no financiamento eleitoral no país, como o fim das doações empresariais após decisão do STF e aumento do autofinanciamento. Juristas destacaram regras para abertura de contas, relatórios e controle de gastos, além de comprovação de despesas. Também foram discutidos critérios de compatibilidade entre gastos e atividades de campanha.

Instituto Neo Mama é homenageado

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) entregou nesta sexta-feira (10) o Colar de Honra ao Mérito Legislativo ao Instituto Neo Mama, entidade sem fins lucrativos que atua no atendimento gratuito e humanizado a pacientes com câncer de mama na Baixada Santista. A homenagem foi proposta pela deputada Solange Freitas (União), que superou a doença após diagnóstico em 2021. Ela destacou a importância do acolhimento além do tratamento médico.

Bruna Sampaio/Alesp



A atividade foi realizada na quinta-feira, dia 9 de abril

Discussão sobre integridade eleitoral

Na quinta aula do curso sobre democracia do Instituto do Legislativo Paulista (ILP), especialistas debateram mecanismos de preservação da integridade do processo eleitoral. A atividade, realizada na quinta-feira (9), contou com Camilo Onoda Luiz Caldas e Lucas Catib de Laurentiis, com o tema "Eleições livres, justas e frequentes". Foram discutidos combate à desinformação, papel dos partidos e desafios da representação política. Caldas alertou para fake news, discurso de ódio e linchamento virtual, defendendo cooperação entre Justiça Eleitoral e plataformas digitais.

Justiça nega suspensão de concessão

A Justiça de São Paulo negou pedido do Ministério Público para suspender o contrato de concessão do sistema rodoviário Lote Nova Raposo. A decisão considerou inexistente risco de dano imediato. O Estado defendeu a legalidade do processo e destacou que obras e desapropriações ocorrerão em etapas futuras, sob licenciamento ambiental. A medida mantém a continuidade da concessão.

Incubadora do CPS

Centro Paula Souza lançou a Incubadora Virtual, ambiente digital para criação e desenvolvimento de startups. A iniciativa oferece capacitação, mentorias, ferramentas de gestão e networking. São 50 vagas em pré-incubação e incubação, com inscrições abertas até 19 de abril. Resultado sai em maio e início em 25 de maio.

Vagas abertas

Secretaria da Justiça promove ações de empregabilidade nesta segunda (13), com 450 vagas. São 400 para operador logístico, sem exigência de experiência, e 48 em feirão com funções diversas. Iniciativas ocorrem na capital e região, com benefícios e inclusão de PCDs. Objetivo é ampliar acesso ao mercado de trabalho com diversidade.

Infraestrutura

Indaiatuba recebeu R\$ 9,5 milhões para recapeamento e infraestrutura, com obras em vias e manutenção de praças. O anúncio ocorreu em evento estadual em Campinas. Monte Mor também foi contemplada, com R\$ 2,5 milhões para compra de máquinas e reforço na manutenção de estradas rurais.

Orçamento 2027

Audiência da Alesp em Colina discutiu o Orçamento de 2027 e reuniu autoridades e moradores. Foram apresentadas demandas por obras viárias, como duplicação e melhorias em rodovias, além de acessos a distritos industriais. Também houve pedidos de investimentos na saúde, incluindo equipamentos, UTI e apoio a hospitais regionais.

Verbas para cidades

Deputados da Alesp realizaram audiência em Igarapava para discutir o orçamento de 2027. Moradores e autoridades pediram recursos para reparar danos causados por chuvas, além de investimentos na saúde. Demandas incluem obras, equipamentos e apoio a projetos sociais. Parlamentares ouviram reivindicações regionais.

SP debate bullying

Assembleia Legislativa de SP realizou audiência sobre bullying escolar, reunindo especialistas, estudantes e familiares. Relatos de vítimas e homenagens marcaram o encontro. Programa Conviva SP foi citado como ação de prevenção, com apoio psicológico e canais de denúncia, embora desafios persistam.



O crescimento acumulado no período chega a 106%

Renda per capita em SP dobra em 11 anos, diz IBGE

Estado mantém segunda maior renda do país, atrás do DF

Redação

O rendimento domiciliar per capita no estado de São Paulo chegou a R\$ 2.956 em 2025, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). O indicador integra a série da PNAD Contínua e considera a soma dos rendimentos de todos os moradores do domicílio, incluindo trabalho e outras fontes.

Em 2025, São Paulo registrou valor de R\$ 2.956, enquanto a média do Brasil foi de R\$ 2.316, uma diferença de R\$ 640, equivalente a cerca de 28%. Os dados são calculados com base na PNAD Contínua, pesquisa amostral do IBGE que acompanha o mercado de trabalho e outros indicadores socioeconômicos no país. Desde 2014, o indicador em São Paulo mais que dobrou, com crescimento acumulado de 106%, segundo a série histórica do IBGE.

São Paulo manteve a segunda posição entre as unidades da Federação, ficando atrás apenas do Distrito Federal em toda a série analisada. Especialistas destacam que o indicador reflete média de rendimentos e não mede distribuição de renda, podendo coexistir com desigualdades regionais e sociais. Os valores são obtidos a partir de rendimentos brutos de trabalho e de outras fontes, apurados no mês de referência da pesquisa e consolidados ao longo dos trimestres da PNAD Contínua.

Na comparação com o Brasil, São Paulo permaneceu acima da média nacional em toda a série histórica, segundo o IBGE, embora com variações anuais nas diferenças percentuais. Embora o indicador seja utilizado para comparação de renda média, ele não reflete diretamente desigualdade interna entre domicílios ou regiões dentro do estado. Os dados integram a série iniciada em 2014 e são divulgados periodicamente pelo IBGE como parte das estatísticas de rendimento e trabalho no país.

Economistas avaliam que variações no rendimento domiciliar per capita podem ser influenciadas por fatores como nível de emprego, formalização do mercado de trabalho, inflação e dinâmica regional da atividade econômica. Os números divulgados pelo IBGE permitem acompanhamento da evolução da renda domiciliar per capita ao longo do tempo, com recortes regionais e nacionais. A série histórica é usada para análises comparativas entre estados e para observação de tendências econômicas no país.

Os dados reforçam a importância das pesquisas domiciliares do IBGE para o monitoramento das condições de renda no país. As informações são utilizadas para análise de tendências econômicas e sociais em diferentes recortes territoriais. A série permite comparações ao longo do tempo e entre estados, auxiliando estudos sobre distribuição de renda e mercado de trabalho.